



**DIREÇÃO DE INFORMAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA E PARLAMENTAR**

**INICIATIVAS E LEGISLAÇÃO SOBRE AS QUESTÕES LGBT:
ENQUADRAMENTO NACIONAL**

- 1. Iniciativas não aprovadas, de todos os partidos, na área do combate e prevenção da discriminação LGBT**
- 2. Iniciativas transversais a todas as discriminações não aprovadas**
- 3. Legislação aprovada com reflexo nas comunidades LGBT**

Fevereiro de 2020



1. **Iniciativas não aprovadas, de todos os partidos, na área do combate e prevenção da discriminação LGBT**
2. **Iniciativas transversais a todas as discriminações não aprovadas**

Iniciativas apresentadas, desde o início da XI Legislatura (2009-19-15), com referências relativas a estas matérias

XI LEGISLATURA				
N.º	Assunto	Entrada	Autoria	
XI/1 – Projeto de Lei				
14	Altera o Código Civil, permitindo o casamento entre pessoas do mesmo sexo.	2009-10-16	BE	Votação na generalidade Rejeitado
24	Consagra a universalidade e a igualdade no direito ao casamento.	2009-10-30	PEV	Votação na generalidade Rejeitado
119	Cria e confere proteção jurídica às uniões civis registadas entre pessoas do mesmo sexo.	2010-01-04	PSD	Votação na generalidade Rejeitado
319	Altera o Código do Registo Civil, permitindo a pessoas transexuais a mudança do registo do sexo no assento de nascimento.	2010-06-17	BE	Lei n.º 7/2011, de 15/3
XI/1 - Proposta de Lei				
7	Permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.	2009-12-21	Governo	Lei n.º 9/2010, de 31/5
37	Cria o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil e procede à 18.ª alteração	2010-09-07	Governo	Lei n.º 7/2011, de 15/3
XI/1 – Projeto de Resolução				
13	Recomenda ao Governo a adopção de medidas que visem combater a actual discriminação dos homossexuais e bissexuais nos serviços de recolha de sangue.	2009-11-10	BE	Resolução da AR n.º 39/2010, de 7/5
50	Propõe a realização de um referendo sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo.	2010-01-06	Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	Votação Deliberação Rejeitado

XII LEGISLATURA				
N.º	Assunto	Entrada	Autoria	
XII/1 - Projeto de Lei				
100	Garante o acesso de todas as mulheres à Procriação Medicamente Assistida (PMA) e regula o recurso à Maternidade de substituição, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de Julho, alterada	2011-11-17	BE	Retirada

	pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro.			
122	Garante o acesso de todas as mulheres à Procriação Medicamente Assistida (PMA) e regula o recurso à maternidade de substituição, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de Julho, alterada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro	2011-12-21	BE	Votação na generalidade Rejeitado
127	Altera o Código do Registo Civil, tendo em conta a Procriação Medicamente Assistida, a adopção e o apadrinhamento civil por casais do mesmo sexo.	2011-12-22	BE	Votação na generalidade Rejeitado
131	Procede à segunda alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de Julho, alterada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, consagrando exceções à proibição de recurso à maternidade de substituição	2012-01-06	PS	Votação na generalidade Rejeitado
137	Segunda Alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de Julho, alargando o âmbito dos beneficiários das técnicas de Procriação Medicamente Assistida	2012-01-11	PS	Votação na generalidade Rejeitado
138	Altera a Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, que regula a utilização de técnicas de procriação medicamente assistida	2012-01-13	PSD	Retirada
178	Alarga as famílias com capacidade de adoção, alterando a Lei n.º 9/2010, de 31 de maio e a Lei n.º 7/2001, de 11 de maio	2012-02-17	PEV	Votação na generalidade Rejeitado
190	Aprova o regime jurídico das Organizações da Sociedade Civil para a Igualdade de Género.	2012-03-02	PS	Votação na generalidade Rejeitado
194	Reforça as medidas de proteção às vítimas de violência doméstica.	2012-03-02	BE	Lei n.º 19/2013, de 21/2
278	Consagra a possibilidade de co-adoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo e procede à 23.ª alteração ao Código do Registo Civil.	2012-07-25	PS	Votação na especialidade Rejeitado
XI/1 - Proposta de Lei				
75	Procede à alteração do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro	2012-06-21	Governo	Lei n.º 19/2013, de 21/2
XII/2 – Projeto de Lei				
369	Aprova o Regime Jurídico das Organizações Não Governamentais para a Igualdade de Género (ONGIG).	2013-03-01	PS	Votação na generalidade Rejeitado
392	Eliminação da impossibilidade legal de adoção por casais do mesmo sexo primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de maio e segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de maio.	2013-04-05	BE	Votação na generalidade Rejeitado
393	Altera o Código do Registo Civil, tendo em conta a procriação medicamente assistida, a adoção e o apadrinhamento civil por casais do mesmo sexo.	2013-04-05	BE	Votação na generalidade Rejeitado
412	Alarga as famílias com capacidade de adoção, alterando a Lei n.º 9/2010, de 31 de maio e a Lei n.º 7/2001, de 11 de maio	2013-05-10	PEV	Votação na generalidade Rejeitado
XII/3 – Projeto de Resolução				
857	Propõe a realização de um referendo sobre a possibilidade de co-adoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo e sobre a possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo, casados ou unidos de facto.	2013-10-22	PSD	PR devolve Resolução, sem promulgação, por ter sido declarada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional

					(Acórdão n.º 176/2014)
XII/4 – Projeto de Lei					
655	Altera o Código do Registo Civil, tendo em conta a procriação medicamente assistida, a adoção e o apadrinhamento civil por casais do mesmo sexo	2014-09-18	BE		Votação na generalidade Rejeitado
656	Eliminação da impossibilidade legal de adoção por casais do mesmo sexo primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de maio e segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de maio	2014-09-18	BE		Votação na generalidade Rejeitado
680	Consagra expressamente a identidade de género no âmbito do direito à igualdade no acesso a emprego e no trabalho, procedendo à 5.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 fevereiro	2014-10-23	PS		Lei n.º 28/2015, de 14/4
752	Segunda Alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de Junho, alargando o âmbito dos beneficiários das técnicas de Procriação Medicamente Assistida	2015-01-15	PS		Votação na generalidade Rejeitado
753	Elimina as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de maio, e à primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de maio	2015-01-15	PS		Votação na generalidade Rejeitado
754	Alarga as Famílias com Capacidade de Adoção, alterando a Lei nº 9/2010, de 31 de maio e a Lei 7/2001, de 11 de maio	2015-01-16	PEV		Votação na generalidade Rejeitado
755	Garante o acesso de todas as mulheres à Procriação Medicamente Assistida (PMA) procedendo à segunda alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, alterada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro	2015-01-16	BE		Votação na generalidade Rejeitado
XII/4 – Projeto de Resolução					
1148	Consagra o dia 17 de maio como Dia Nacional contra a Homofobia e a Transfobia	2014-10-23	PS		Resolução da AR n.º 99/2015, de 22/7
1544	Recomenda ao Governo a instituição do dia 17 de maio como o dia nacional contra a discriminação das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexo.	2015-06-19	BE		Votação Deliberação Rejeitado

XIII LEGISLATURA					
N.º	Assunto	Entrada	Autoria		
XIII/1 – Projeto de Lei					
2	Eliminação da impossibilidade legal de adoção por casais do mesmo sexo. Primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de maio e segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de maio	2015-10-23	BE		Lei n.º 2/2016, de 29/2
5	Elimina as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de maio, e à primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de maio	2015-10-23	PS		Lei n.º 2/2016, de 29/2
6	Segunda Alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de Julho, alargando o âmbito dos beneficiários das técnicas de Procriação Medicamente Assistida	2015-10-23	PS		Lei n.º 17/2016, de 20/6
11	Alarga as famílias com capacidade de adoção, alterando a Lei nº 9/2010, de 31 de maio e a Lei nº 7/2001, de	2015-11-04	PEV		Lei n.º 2/2016, de 29/2

	11 de maio			
28	Assegura a igualdade de direitos no acesso à adoção e apadrinhamento civil por casais do mesmo sexo, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio, e à primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de Maio.	2015-11-13	PAN	Lei n.º 2/2016, de 29/2
29	Assegura a igualdade de direitos no acesso a técnicas de Procriação Medicamente Assistida, procedendo à segunda alteração à lei n.º 32/2006 de 26 de Julho	2015-11-13	PAN	Lei n.º 17 /2016, de 20/6
31	Altera o Código do Registo Civil, tendo em conta a adoção, a Procriação Medicamente Assistida e o apadrinhamento civil por casais do mesmo sexo	2015-11-13	BE	Lei n.º 2/2016, de 29/2
36	Garante o acesso de todas as mulheres à Procriação Medicamente Assistida (PMA) e regula o acesso à gestação de substituição, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, alterada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro	2015-11-19	BE	Lei n.º 17/2016, de 20/6
51	Alarga as condições de admissibilidade e o universo dos beneficiários das técnicas de procriação medicamente assistida, alterando a Lei nº 32/2006, de 26 de julho	2015-11-20	PEV	Lei n.º 17 /2016, de 20/6
183	Regula o acesso à gestação de substituição nos casos de ausência de útero, de lesão ou de doença deste órgão que impeça de forma absoluta e definitiva a gravidez, procedendo à segunda alteração à lei n.º 32/2006, de 26 de julho, alterada pela lei n.º 59/2007, de 4 de setembro	2016-04-27	BE	Lei n.º 25 /2016, de 22/8
242	Reconhece o direito à autodeterminação de género	2016-05-24	BE	Lei n.º 38/2018, de 7/8
XIII/2 – Proposta de Lei				
75	Estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa.	2017-05-03	Governo	Lei n.º 38/2018, de 7/8
XIII/2 – Projeto de Lei				
317	Assegura o direito à Autodeterminação de Género	2016-10-11	PAN	Lei n.º 38 /2018, de 7/8
566	Estabelece a igualdade na parentalidade em caso de adoção, incluindo a adoção por casais do mesmo sexo, e de utilização das técnicas de PMA e alarga o período de licença parental exclusiva do pai (15.ª alteração ao Código do Trabalho e 4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril)	2017-06-30	BE	Lei n.º 90/2019, de 4/9
XIII/3 – Projeto de Lei				
738	Altera o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro e o Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril, introduzindo alterações ao regime da adoção e adaptando o regime de protecção na parentalidade à procriação medicamente assistida	2018-01-19	PAN	Lei n.º 90/2019, de 4/9
740	Proteção da parentalidade nas situações de adoção e de recurso à procriação medicamente assistida por casais de pessoas do mesmo sexo	2018-01-19	PS	Lei n.º 90/2019, de 4/9

XIV LEGISLATURA

N.º	Assunto	Entrada	Autoria
-----	---------	---------	---------



XIV/1 – Projeto de Lei				
52	Privilegia o modelo de residência alternada sempre que tal corresponda ao superior interesse da criança, excepcionando-se o decretamento deste regime aos casos de abuso infantil, negligência e violência doméstica.	2019-11-07	PAN	
XIV/1 - Projeto de Resolução				
93	Contra a ideologia de género nas escolas	2019-11-20	CH	



3. Legislação aprovada com reflexo nas comunidades LGBT

Planos Nacionais para a Igualdade

Resolução do Conselho de Ministros n.º 192/2003, de 23 de dezembro - Aprova o Plano Nacional de Acção para a Inclusão para 2003-2005

Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007, 22 de junho - Aprova o III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e género (2007-2010)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011, 18 de janeiro - Aprova o IV Plano Nacional para a Igualdade - Género, Cidadania e não Discriminação, 2011-2013

Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro - Aprova o V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-discriminação 2014-2017

Declaração de Retificação n.º 14/2014, de 28 de fevereiro - Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro, que aprova o V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-discriminação 2014-2017, publicada no Diário da República, n.º 253, 1.ª Série, de 31 de dezembro de 2013

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio - Aprova a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030

Comissão Técnica de Acompanhamento de Plano de Acção

Despacho n.º 8762/2018 - Diário da República n.º 178/2018, Série II, de 14 de setembro - Fixa a composição da Comissão Técnica de Acompanhamento do plano de acção para a igualdade entre mulheres e homens 2018-2021, da Comissão Técnica de Acompanhamento do plano de acção para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica 2018-2021 e da Comissão Técnica de Acompanhamento do plano de acção para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais 2018-2021

Identidade de género

Lei n.º 7/2011, de 15 de março - Cria o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil e procede à décima sétima alteração ao Código do Registo Civil.



Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto - Direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa.

Despacho n.º 7247/2019 - Diário da República n.º 156/2019, Série II de 16 de agosto - Estabelece as medidas administrativas para implementação do previsto no n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto (**Casas de banho inclusivas**)

Constituição de Família

Lei n.º 9/2010, de 31 de maio - Permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 176/2014, de 4 de março. Diário da República n.º 44/2014, I Série, de 4 de março - Tem por não verificada a constitucionalidade e a legalidade do referendo proposto na [Resolução da Assembleia da República n.º 6-A/2014](#), de 20 de janeiro, sobre a possibilidade de co adoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo e sobre a possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo, casados ou unidos de facto

Lei n.º 2/2016, de 29 de fevereiro - Elimina as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares, procedendo à segunda alteração à [Lei n.º 7/2001](#), de 11 de maio, à primeira alteração à [Lei n.º 9/2010](#), de 31 de maio, à vigésima terceira alteração ao Código do Registo Civil, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 131/95](#), de 6 de junho, e à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 121/2010](#), de 27 de outubro.

Lei n.º 17/2016, de 20 de junho - Alarga o âmbito dos beneficiários das técnicas de procriação medicamente assistida, procedendo à segunda alteração à [Lei n.º 32/2006](#), de 26 de julho (procriação medicamente assistida)

Lei n.º 25/2016, de 22 de agosto - Regula o acesso à gestação de substituição, procedendo à terceira alteração à [Lei n.º 32/2006](#), de 26 de julho (procriação medicamente assistida)

Lei n.º 58/2017, 25 de julho - Quarta alteração à [Lei n.º 32/2006](#), de 26 de julho (Procriação medicamente assistida)

Acesso a bens e serviços

Lei n.º 14/2008, de 12 de março - Proíbe e sanciona a discriminação em função do sexo no acesso a bens e serviços e seu fornecimento, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º [2004/113/CE](#), do Conselho, de 13 de Dezembro



Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro - Lei de bases da habitação



Violência Doméstica

Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro - 29.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, e primeira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas

Resolução da Assembleia da República n.º 100/2017, 5 de junho - Recomenda ao Governo a apresentação de um novo Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação e a avaliação da eficácia da pulseira eletrónica no âmbito do crime de violência doméstica

Portaria n.º 197/2018, de 6 de julho - Procede à regulamentação do Decreto Regulamentar n.º 2/2018, de 24 de janeiro, diploma que regula as condições de organização e funcionamento das estruturas de atendimento, respostas de acolhimento de emergência e das casas de abrigo que integram a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, prevista na Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, na sua redação atual

Direito do Trabalho

Lei n.º 28/2015, de 14 de abril - Consagra a identidade de género no âmbito do direito à igualdade no acesso a emprego e no trabalho, procedendo à oitava alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro

Lei n.º 90/2019, de 4 de setembro - Reforço da proteção na parentalidade, alterando o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.os 89/2009, de 9 de abril, que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente, e 91/2009, de 9 de abril, que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade.

Estabelecimentos da rede pública, bem como aos estabelecimentos da rede privada e cooperativa com contrato de associação

Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto - Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar

Portaria n.º 196-A/2010, de 9 de abril - Regulamenta a Lei n.º 60/2009, de 6 de Agosto, que estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar



Resolução da Assembleia da República n.º 99/2015, de 22 de julho - Consagra o dia 17 de maio como o Dia Nacional contra a Homofobia e a Transfobia